

Aluno protesta e Ceub suspende aula

Alta das mensalidades escolares foi o pivô de toda confusão

FOTOS: ADAUTO CRUZ



Como forma de protestar contra as prestações altas, os alunos picharam as paredes da faculdade

As agressões entre estudantes e funcionários e pichações de todas as salas de três blocos do Ceub, no último sábado, provocaram o fechamento da faculdade por três dias. As aulas estão interrompidas desde ontem e só devem recomençar na quinta-feira, quando estará concluída a perícia requerida pela direção da escola depois de registrar queixa contra os estudantes na 2ª DP. Ontem, sem saber da interrupção das aulas, muitos alunos compareceram ao Ceub mas não foi permitido o acesso às salas de aula.

O tumulto de sábado começou logo depois da reunião do Conselho de Representantes de Classe quando os alunos decidiram pressionar a direção para que fosse apresentada uma solução aos altos preços das mensalidades. Segundo o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Ceub não está cumprindo o decreto 95.921, do Mec, que acabou com a liberdade vigiada nas escolas e continua cobrando os preços estabelecidos no carnê de pagamento, no início do semestre.

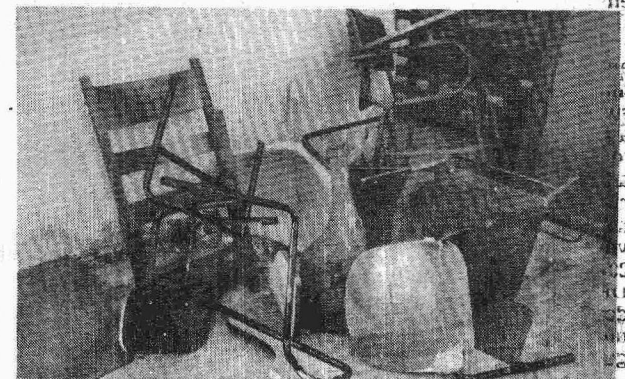
Durante a confusão, os alunos partiram para a pichação das paredes das salas de aula e entraram em atrito com os seguranças da faculdade. O DCE preparou um protesto para hoje, às 19h30, em frente à diretoria. De acordo com Antônio Carlos Viana, presidente do Diretório, o fechamento do Ceub é apenas uma maneira de a direção desmobilizar o movimento, que conta com a simpatia dos 75% de alunos que não estão pagando as mensali-

dades por falta de condições financeiras.

"O Ceub não recalculou o valor dos créditos depois de o Mec ter divulgado a cartilha que determina o preço das mensalidades escolares", protestam os alunos. Segundo eles, apesar de a direção não obrigar ninguém a pagar o carnê, muitos alunos estão arcando com as multas. Pelos cálculos do DCE o crédito deveria estar 50% mais barato do que é cobrado atualmente.

Nos últimos dois meses o DCE procurou o Conselho Federal de Educação (CFE), Ministério da Educação, Sunab e a Curadoria do Ministério da Justiça, mas não conseguiu que o Ceub refizesse os cálculos. "Por isso nós decidimos pressionar pessoalmente", justifica Viana. "O absurdo maior é que o Governo baixou o decreto 95.921, mas não criou os mecanismos que obriguem a aplicação da lei", critica Verônica, da Diretoria do DCE.

Segundo o diretor do Ceub, Maurício Neves, as mensalidades não foram recalculadas porque a instituição ainda não fechou o acordo coletivo com os professores. "Com esse processo pendente nós não podemos aplicar a cartilha do Governo", justificou. Maurício garante que a faculdade não está cobrando dos alunos — "paga quem quer" — e admite que apenas 30% estão em dia com as mensalidades. Com relação à confusão de sábado, o diretor registrou a queixa e espera o andamento do processo contra os quatro membros do DCE, entre eles o presidente do Diretório.



Saldo da violência: algumas cadeiras quebradas

Pais pedem revisão

O reembolso das mensalidades cobradas a mais pelas escolas levou a Associação de Pais e Alunos do DF (APA) a estudar seriamente a situação. Segundo o presidente da entidade, Luiz Cassemiro, todos os instrumentos jurídicos necessários para coibir os abusos que vêm sendo cometidos no cumprimento do decreto 95.921/87, estão sendo visados.

A primeira providência já tomada pela APA contra as arbitrariedades ocorreu no último dia 2, quando os pais de alunos do Colégio Alvorada decidiram suspender até amanhã o pagamento das mensalidades. Eles entendem que a escola errou quando cobrou com efeito retroativo a partir de janeiro — a cartilha do Ministério da Educação que instrui as escolas na correta aplicação do decreto só saiu em abril.

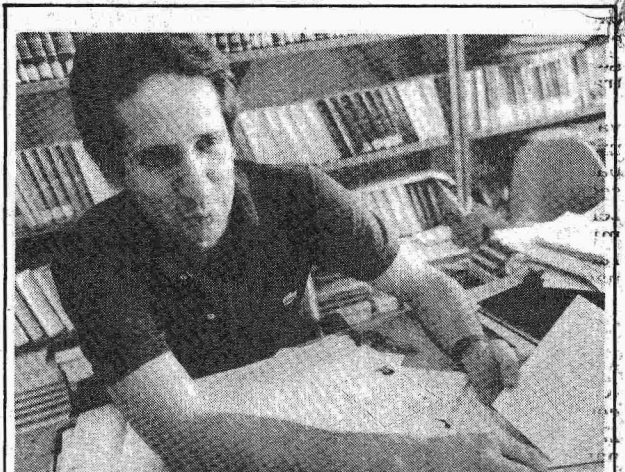
Em documento encaminhado à direção da escola, os pais sugerem que os valores sejam revistos dentro de bases reais e de acordo com a cartilha do MEC. Segundo Paulo Roberto Correia Marques, da APA, o Alvorada está cobrando

quase o dobro do preço das escolas da cidade.

MATEMÁTICA

Para chegar à conclusão de que o colégio errou nos cálculos, os pais estudaram exaustivamente a cartilha do Ministério da Educação, consultaram livros de administração escolar e constataram o erro. A cartilha pede que o estabelecimento gaste 50 por cento de sua renda com professores.

— No Alvorada, acho que não entenderam bem. Mas é uma questão de matemática elementar. São 1 mil 165 alunos e 29 professores, e as mensalidades cobradas são de Cz\$ 15 mil. Encontra-se um total de Cz\$ 17 milhões, divididos por dois, Cz\$ 8,5 milhões, que tornamos a dividir pelos 29 professores. E ficamos indignados quando encontramos uma média de salário de Cz\$ 293 mil 103. Todos sabemos que não é verdade — desabafou Paulo Roberto. Acrescentou que além de os preços serem acintosos, "estamos convencidos de que a escola virou definitivamente uma instituição de elite das mais caras".



Gregório: decreto não tem efeito retroativo

CFE constata erro

O Conselho Federal de Educação (CFE), em reunião realizada semana passada para discutir sobre o reembolso de mensalidades cobradas a mais pela rede privada, entendeu que o Decreto-Lei 95.921/87, que liberou os preços, não tem efeito retroativo.

Com isto todos os colégios que têm agido dessa forma estão errando em seus cálculos. Segundo o chefe da Comissão de Encargos Educacionais, Júlio Gregório, o Conselho Federal, além de não poder julgar pela inconstitucionalidade do reembolso — "por-

que só o Supremo Tribunal Federal pode fazê-lo" — entende que é muito simples a interpretação do Decreto.

O que vem ocorrendo é que o Ministério da Educação preparou uma cartilha com fórmulas para os cálculos das mensalidades. O documento só foi entregue aos estabelecimentos em abril e, na interpretação do Conselho Federal, as escolas jamais poderão cobrar nada com efeito retroativo. Para Júlio Gregório, o que vigorou durante a "liberdade vigiada" não tem nada a ver com o que está acontecendo agora.